



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **17 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 18 de maio de 2011

AMAZONAS EM TEMPO MP do governo federal pode desestimular produção de tablets no PIM 1 VEICULAÇÃO LOCAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO COM DESONERAÇÃO, PREÇO DE TABLETS PRODUZIDOS NO PAÍS PODE CAIR 36% 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	2
FOLHA DE SÃO PAULO BRASIL E ARGENTINA VÃO DISCUTIR BARREIRAS NA PRÓXIMA SEMANA 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	4
FOLHA DE SÃO PAULO TABLETS FICARÃO 36% MAIS BARATOS, AFIRMA MINISTRO 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	5
VALOR ECONÔMICO BRASIL E ARGENTINA COMEÇAM A NEGOCIAR AS BARREIRAS COMERCIAIS 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	6
O GLOBO MÍRIAM LEITÃO 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	7
O GLOBO BRASIL E ARGENTINA ACERTAM ENCONTRO 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	9
CORREIO BRAZILIENSE CHINESES DERRUBAM OS PREÇOS 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	10
CORREIO BRAZILIENSE ARGENTINA PEDE RECUE DO BRASIL 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	12
CORREIO BRAZILIENSE BIRD SE ALIA A BRASIL 14 VEICULAÇÃO NACIONAL	14
BRASIL ECONÔMICO-SP ARGENTINA ESPERA FIM DE RESTRIÇÕES 15 VEICULAÇÃO NACIONAL	15
AMAZONAS NOTÍCIAS FIEAM trata da nova versão da NR 12 em Seminário 16 VEICULAÇÃO NACIONAL	16
AMAZONAS NOTÍCIAS Sexta edição da FIAM prevê aproximadamente 400 expositores 17 VEICULAÇÃO NACIONAL	17
AMAZONAS NOTÍCIAS Setor de metalurgia nas empresas do PIM tem cerca de 17% de demissões 18 VEICULAÇÃO NACIONAL	18
AMAZONAS NOTÍCIAS Caberá ao plenário analisar recurso da Zona Franca de Manaus sobre cobrança de guias de importação 20 VEICULAÇÃO NACIONAL	20
PORTAL A CRÍTICA Medida Provisória do Governo Federal pode desestimular produção de tablets no PIM 21 VEICULAÇÃO NACIONAL	21
PORTAL D24AM MP do Governo pode desestimular produção de tablets no PIM 22 VEICULAÇÃO NACIONAL	22

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO MP do <u>Governo Federal</u> pode desestimular <u>produção</u> de tablets no <u>PIM</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

A Medida Provisória que zera a alíquota de PIS e Cofins para a produção de tablets anunciada pelo Governo Federal para o final desta semana deve desestimular a produção desse produto no Polo Industrial de Manaus (PIM).

A avaliação é do secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Marcelo Lima Filho que ressaltou que este não é um cenário favorável em termos de competitividade.

De acordo com o texto, a nova MP reduzirá de 9,25% para zero a incidência de PIS e Cofins na fabricação de tablets, segundo o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Nelson Fujimoto.

Para o secretário, como esse era o diferencial tributário em favor das indústrias instaladas no Estado, é provável que haja uma parada na expansão do setor. “Há que se considerar a possibilidade de deslocamento de novos empreendimentos para outros mercados produtores”, disse Marcelo Lima.

São Paulo e Paraná, têm políticas agressivas de atração de investimentos na área de informática e contam com a vantagem de estar próximos do grande eixo de consumo do país, sem maiores problemas de logísticas.

No Amazonas existem 27 empresas de informática instaladas no Estado, pouco mais de 5% do parque nacional de empresas do setor, de acordo com estudos da empresa de consultoria Controle.

Na reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam) realizada no último dia 4, foram aprovados os projetos da Digibras e da Greenworld, um total de investimentos que soma R\$ 37 milhões e com a geração de 71 vagas no mercado de trabalho para a fabricação de tablets.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO COM DESONERAÇÃO, PREÇO DE TABLETS PRODUZIDOS NO PAÍS PODE CAIR 36%		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Segundo o ministro Paulo Bernardo, cálculo não leva em conta a queda do ICMS, que pode baratear br ainda mais o produto; novas regras devem constar de medida provisória que o governo promete editar ainda esta semana

Karla Mendes / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O conjunto de incentivos que o governo prepara para desonerar a produção de tablets - a Medida Provisória que zera a alíquota de PIS/Cofins e a portaria interministerial que incluirá os tablets no Processo Produtivo Básico (PPB) - reduzirá em até 36% o preço desses produtos fabricados no Brasil.

"Se não tirar o PIS/Cofins, o impacto seria de 31%; se tirar PIS/Cofins também, vai ficar 36% de diferença", afirmou o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

Segundo ele, os preços dos tablets podem cair ainda mais, pois nesse percentual não está incluída a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que ficará a cargo de cada Estado.

Essas informações foram dadas por Bernardo depois de participar do seminário "Estímulos à PD&I no Setor de Telecomunicações", promovido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A medida provisória que reduz de 9,25% para zero a alíquota de PIS/Cofins sobre tablets será publicada no Diário Oficial da União e enviada ao Congresso Nacional ainda nesta semana, conforme informou na segunda-feira o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Nelson Fujimoto.

A medida é a primeira providência do governo para a desoneração dos tablets. Na sequência, será publicada uma portaria interministerial dos Ministérios

da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que enquadrará os tablets no PPB como "microcomputador portátil, sem teclado físico, com tela sensível ao toque". Havia dificuldade para classificar os tablets, que não são nem notebooks, nem palmtops, nem smartphones. Agora, com a criação de um enquadramento específico, os aparelhos terão os mesmos benefícios de isenção de PIS e Cofins aplicados para fabricação de computadores, já inseridos na Lei do Bem.

Reduções. Ao passar a fazer parte do processo produtivo básico, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os tablets cairá de 15% para 3% em alguns Estados. A redução do ICMS, por ser um imposto estadual, ficará a cargo de cada Estado que aderiu ao PPB. Em São Paulo, por exemplo, a alíquota cai de 18% para 7%. Haverá ainda redução do Imposto de Importação (II), mas os percentuais não foram informados. Segundo Fujimoto, a portaria está pronta; só falta a aprovação da presidente Dilma Rousseff.

A redução da tributação dos tablets foi uma das exigências da taiwanesa Foxconn para produzir o iPad, da Apple, em uma fábrica em Jundiaí (SP) a partir de julho. A MP, porém, concede o benefício a qualquer empresa que fabricar o equipamento no País. Uma das empresas que podem se beneficiar dessas medidas é a Semp Toshiba, que apresentou recentemente o seu tablet, batizado de Mypad.

Software. Na semana passada, o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, disse também que o governo vai alterar a Lei de Informática para atrair investimentos para a produção de componentes e softwares no Brasil.

A Lei de Informática concede redução de IPI para as empresas que invistam um percentual de seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento. No

entanto, a lei traz incentivos apenas para empresas de hardware.

Mercadante disse que o setor de software é **importante** porque gera muito valor agregado, competitividade e **exportação** de serviços. Além disso, o governo também prepara alterações na chamada Lei do Bem para incentivar a inovação tecnológica e possibilitar o acesso aos benefícios da lei por mais empresas.

PARA LEMBRAR

Incentivo multiplicou vendas de Pcs

Os incentivos tributários mais do que triplicaram o **mercado** brasileiro de microcomputadores. Ao mesmo tempo, combateram o contrabando e a pirataria de software. Podem ser considerados a política de maior sucesso para o setor de tecnologia da informação e comunicações dos últimos anos.

Em 2004, antes da chamada Lei do Bem, foram vendidos 4 milhões de PCs no Brasil, e 73% deles foram fornecidos pelo chamado **mercado** cinza, que usa peças contrabandeadas e sonega impostos. Com a entrada dos

incentivos, o preço das máquinas oficiais tornou-se mais próximo das piratas, fazendo com que mais pessoas tivessem acesso à tecnologia, já que os PCs do **mercado** legal têm opções de financiamento melhores que os "cinzas".

No ano passado, segundo a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), foram vendidos cerca de 14 milhões de PCs no País, sendo que somente 30% foram fornecidos pelo **mercado** cinza. Ou seja, o percentual do **mercado** ilegal se inverteu de 2004 a 2010.

Em 2010, o **Brasil** tornou-se o quarto **mercado** mundial, atrás somente dos Estados Unidos, China e Japão.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO BRASIL E ARGENTINA VÃO DISCUTIR BARREIRAS NA PRÓXIMA SEMANA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

DE BUENOS AIRES - Os governos de Brasil e Argentina vão se reunir na semana que vem para discutir a recente crise comercial entre os países.

Foi acertado entre a ministra da Indústria argentina, Débora Giorgi, e o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Enio Cordeiro, que o primeiro passo da negociação será um encontro entre o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alessandro Teixeira, e seu equivalente argentino, Eduardo Bianchi.

Ainda não está claro se a reunião será em Buenos Aires ou em Foz do Iguaçu, como sugeriu a ministra argentina.

Giorgi, em conversa com o embaixador, solicitou flexibilidade por parte do governo do Brasil. Ela pediu que pelo menos os carros argentinos travados na fronteira possam entrar no mercado brasileiro.

O governo Dilma já afirmou que não vai rever a decisão de dificultar a importação de carros, o que afeta principalmente a indústria do vizinho.

Cordeiro disse que "há interesse dos dois países em regularizar a situação comercial".

Após uma série de medidas adotadas pela Argentina, que travaram a entrada no país de vários produtos brasileiros, o governo Dilma respondeu na semana passada ao impor uma autorização prévia para a importação de veículos, que vale para todos os países. Oficialmente, o governo nega que a ação vise afetar exclusivamente a Argentina.



VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO TABLETS FICARÃO 36% MAIS BARATOS, AFIRMA MINISTRO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DE BRASÍLIA - O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, afirmou que as medidas de desoneração de tablets que o governo avalia que vão resultar numa redução de 36% no preço do equipamento.

Essa estimativa não leva em conta a redução de **ICMS**, que ficará a cargo dos Estados.

Serão publicadas medida provisória que enquadra esses equipamentos na mesma lei de incentivos de computadores e uma portaria aprovando o **PPB** (Processo Produtivo Básico) do produto.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO BRASIL E ARGENTINA COMEÇAM A NEGOCIAR AS BARREIRAS COMERCIAIS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Daniel Rittner | De Buenos Aires

A ministra de Indústria da Argentina, Débora Giorgi, e o embaixador do **Brasil** em Buenos Aires, Ênio Cordeiro, baixaram ontem o tom das reclamações em torno das barreiras protecionistas aplicadas pelos dois países e definiram uma reunião de altos funcionários de seus governos para revisar as travas ao **comércio** bilateral. Giorgi pediu a liberação dos automóveis argentinos retidos na fronteira como gesto positivo para as negociações. Cordeiro não descartou, mas frisou que "as medidas de boa vontade devem ser recíprocas", deixando claro que não haverá gestos de forma unilateral.

Eles se reuniram por duas horas, no gabinete da ministra, e acertaram um encontro, na próxima semana, entre o secretário-executivo do **Ministério do Desenvolvimento**, Alessandro Teixeira, e o secretário de Indústria da Argentina, Eduardo Bianchi. "Os secretários vão trabalhar em uma agenda que incluirá todas as questões pendentes, tanto pontuais quanto estruturais", disse Giorgi, por meio de comunicado. A tendência é que ela própria se reúna, depois, com o ministro Fernando Pimentel.

Fontes argentinas informaram que o encontro deverá ocorrer na segunda e terça-feira, em Buenos Aires.

Também garantiram que o governo se dispõe a acelerar a liberação de licenças não automáticas à **importação** de produtos brasileiros "uma vez que se libere o primeiro automóvel" na fronteira.

A Adefa, associação que congrega as montadoras instaladas na Argentina, emitiu uma nota dura na qual adverte sobre os riscos para a **produção** e para o nível de emprego no país. O presidente da entidade, Aníbal Borderes, diz que a briga comercial "põe dúvidas sobre o funcionamento do **Mercosul**".

Os dois lados afirmam, reservadamente, que a tensão começou a diminuir e apostam em um acordo pelo menos sobre pontos básicos na próxima semana. A Argentina está preocupada com os efeitos que as barreiras brasileiras podem ter sobre o nível de atividade da economia. O presidente da União Industrial Argentina, José Ignacio de Mendiguren, apresentou esse temor ontem ao ministro da Economia, Amado Boudou.

Se o problema se prolongar, a indústria pode refletir em breve o bloqueio do Brasil, diz Ricardo Delgado, diretor da consultoria Analytica. Ele lembra que cerca de 70% da expansão industrial registrada pela Argentina em 2010 se concentrou em apenas dois setores: automotivo e autopeças. Esses dois ramos responderam por 2,5 pontos percentuais do crescimento de 9,2% da economia em 2010.

Para 2011, Delgado prevê uma expansão de até 7% do **PIB**, mas que pode ser afetada caso as **exportações** fiquem dificultadas "por alguns meses". De cada cem automóveis produzidos pelas montadoras argentinas, 55 são **exportados** para o **mercado** brasileiro. Quem tem mais unidades retidas na alfândega brasileira são a GM, a Toyota e a Mercedes-Benz.

O pesquisador-chefe da Fundação Mediterrânea, Jorge Vasconcelos, estima um crescimento de 6,5% para a economia argentina neste ano. Mas adverte que a "indústria deve começar a preparar-se para uma desaceleração na trajetória das **importações** brasileira, por motivos econômicos e pelo conflito envolvendo as licenças não automáticas". Mais de 40% das **exportações** argentinas de produtos industrializados têm o Brasil como destino, concentração que não se via nos últimos 20 anos.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA
	TÍTULO MÍRIAM LEITÃO	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

PANORAMA ECONÔMICO

Rever impostos

. O ministro Guido Mantega disse que no mês que vem o governo vai anunciar propostas e medidas para reduzir a carga tributária. Uma das principais decisões é a de desonerar a folha de salários para as empresas. A Fazenda já está conversando com os governadores para a redução do **ICMS** estadual. Ele garante que não se pensa em recriar a CPMF.

Ainda não se sabe como desonerar a folha, já que essa contribuição arrecada R\$ 95 bi, mas há duas alternativas para substituir o imposto hoje cobrado das empresas sobre o total dos salários pagos aos trabalhadores.

- Podemos transferir a cobrança para um imposto sobre valor agregado como PIS/Cofins, ou sobre o faturamento geral da empresa. Estamos fazendo simulação e cada modalidade em cada indústria. Até o setor de capital intensivo apóia a cobrança sobre valor agregado porque isso desoneraria a **exportação** - disse o ministro numa entrevista que me concedeu ao programa Espaço Aberto, da Globonews.

Mantega acha que as mudanças propostas para o **ICMS** não terão desta vez a reação dos estados, apesar de os de maior peso econômico serem governados pela oposição. Ele conta que já está conversando com eles: - O **ICMS** é o imposto mais complexo e seu maior peso recai sobre a **produção**. Os estados todos estão com problemas e se queixam da guerra fiscal. Chegamos ao paroxismo de que alguns estados incentivam a **importação** contra o produto nacional.

Há conflito entre os estados, queixas ao STF. Por isso a nossa proposta é a de baixar gradualmente o **ICMS** interestadual que hoje está entre 7% a 12% para 2%. Segundo Mantega os maiores estados não reclamariam contra a proposta porque eles teriam a

ganhar, os menores seriam compensados com a redução de impostos federais na atração de investimentos.

- Nossa ideia é fechar essa proposta sobre a desoneração da folha salarial e uma proposta de redução gradativa do **ICMS** interestadual até junho para apresentá-la para a sociedade - afirmou. Ele disse que aquela proposta de reforma tributária que está no Congresso será deixada de lado porque o governo teria se convencido de que uma reforma ampla é muito difícil pela reação dos estados à discussão sobre onde recolher o **ICMS**, se na origem ou no destino. Ele acha que o melhor seria no destino. A decisão do governo diante do impasse é ir propondo ideias, como a que fará agora, e pôr em marcha uma agenda tributária para simplificar os impostos sobre a **produção**, tirar o peso que recai sobre o emprego para estimular a formalização do **mercado** de trabalho que já está em marcha.

O ministro garante que o governo está reduzindo a carga tributária, apesar de o número divulgado pelo próprio governo ter mostrado nos últimos anos um aumento, com pequena queda em 2009, para nova alta em 2010. Ele disse que ao longo dos últimos cinco anos, o governo permitiu desoneração de R\$ 100 bi: - A carga subiu por causa da alta do **PIB** e da formalização. Reduzimos IR, IPI, diminuimos carga sobre pessoa física com novas alíquotas e diminuição de impostos indiretos. Estamos melhorando o aproveitamento do crédito do PIS/Cofins de 24 meses para 12, e logo irá a zero.

Para a maioria das empresas e pessoas a sensação é de pagar mais e as estatísticas mostram aumento do percentual de impostos sobre o **PIB**. Mas o **importante** é que Mantega garante que não está parada a agenda tributária e que serão anunciadas novas propostas de redução ou simplificação de impostos no próximo mês.

Mantega se disse "perplexo" com o que está acontecendo com Dominique Strauss-Kahn: - Espero que tudo se esclareça o mais rapidamente possível. Nossa avaliação é de que ele foi um dos melhores diretores-gerentes do FMI. Tem feito excelente trabalho, coordenou os países na crise, foi muito ativo e **importante** na busca de uma solução.

Contou que quando Dominique Strauss-Kahn veio ao **Brasil** pedir nosso apoio para assumir o comando do Fundo, prometeu que na sua sucessão lutaria para que fosse derrubado o critério que estabelece que só um europeu pode ser o dirigente do FMI: - É prematuro discutir a sucessão no Fundo e o **Brasil** torce para que tudo se esclareça em favor do Dominique, mas é preciso se estabelecer a meritocracia, que a pessoa que dirija o FMI seja escolhida por seus méritos e não por ser europeu. Ele é um europeu competente, mas há nomes

também de países emergentes. Vamos batalhar pela meritocracia.

Outro assunto que conversei com o ministro foi a inflação e as pressões inflacionárias. Ele admitiu que o governo está preocupado, como toda a sociedade: - Vivemos um surto mundial que atinge mais as economias aquecidas, como as emergentes. A inflação de commodities está recuando, mas nas economias que crescem mais o risco é de que a alta de preços seja difundida. No **Brasil** há a indexação que permanece. Mas nos últimos cinco anos a meta foi cumprida. Em 2010, a economia ficou muito aquecida, mas estamos desaquecendo. Estamos jogando água na fervera sem apagar o fogo. Mantega admitiu que os juros altos o incomodam, mas afirmou que agora eles não podem cair

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO BRASIL E ARGENTINA ACERTAM ENCONTRO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ministra do país vizinho pede gesto de boa vontade em meio à crise comercial

Anderson Petroceli/Portal Uruguaiana

CAMINHÕES CEGONHA com carros argentinos parados em Uruguaiana

Janaína Figueiredo

BUENOS AIRES. Depois de algumas idas e vindas, os governos do Brasil e da Argentina decidiram ontem promover uma reunião de emergência entre o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento brasileiro, Alessandro Teixeira, e o secretário da Indústria argentino, Eduardo Bianchi, nos próximos dias 23 e 24, em Buenos Aires. O encontro foi confirmado após uma conversa entre a ministra da Indústria argentina, Débora Giorgi, e o embaixador brasileiro Enio Cordeiro.

A ministra argentina pediu um gesto de boa vontade ao Brasil para tentar superar a crise comercial

desencadeada pela implementação, pelo governo brasileiro, de licenças não automáticas para o setor automotivo. A Casa Rosada espera que o Brasil conceda uma espécie de fast track (via rápida) às importações de veículos argentinos. - Queremos que eles (os brasileiros) liberem alguns automóveis. Isso seria fundamental para avançar nas negociações - disse um assessor a ministra. Após o encontro, o embaixador assegurou que "não há nada que não possa ser conversado", mas deixou claro que "os gestos de boa vontade devem ser recíprocos". Cordeiro lembrou à ministra que do lado brasileiro há demoras superiores a 60 dias (prazo máximo das licenças não automáticas estabelecido pela Organização Mundial de Comércio) que afetam pneus, baterias e calçados, entre outros. Segundo o embaixador, os argentinos se comprometeram a "olhar como está a situação nesses setores".

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO CHINESES DERRUBAM OS PREÇOS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

As montadoras asiáticas avançam no mercado brasileiro. Chegam com modelos mais baratos, que trazem os opcionais cobijados pelos clientes. Assim, forçam uma queda nos valores de nacionais e importados. Em algumas montadoras, a redução chega a R\$ 3 mil

Mariana Branco

A exemplo do que vem ocorrendo no Brasil, as concessionárias chinesas chegaram para ficar no mercado candango. Dados do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF) mostram que, em 2010, a participação delas nas vendas totais de veículos no DF foi de 1,25%. No primeiro quadrimestre de 2011, a proporção mais do que dobrou, passando para 2,22%. A entrada de mais um concorrente na praça foi um dos fatores que contribuiu para o incremento.

Em 18 de março último, a JAC Motors inaugurou 46 concessionárias em todo o território nacional, três delas no Distrito Federal. A Chery, outra montadora chinesa, começou com uma loja no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) e, em 7 de maio, abriu uma segunda unidade na Cidade do Automóvel. Além das recém-chegadas, Lifan, Hafei e outras aportaram no mercado local em 2010. Preços equiparáveis aos dos similares nacionais, com o diferencial de que os carros vêm completos - com vidros e trava elétricos; ar-condicionado; air bag; e, não raro, até aparelho de som - são o principal atrativo. Falta de familiaridade com as marcas e eventuais dificuldades na substituição de peças não são empecilho para que os carros da China conquistem os consumidores.

Para Ayrton Fontes, economista da consultoria de varejo automotivo MSantos, a consequência será um acirramento da concorrência. A corrida para não perder clientes começou. A fim de disputar com o Sedan J3, da

JAC Motors, que custa R\$ 37,9 mil, montadoras e importadoras instaladas no país fizeram ajustes para baixo em até R\$ 3 mil nos preços do Ford Fiesta, Peugeot 207 e 307, Citroën C3 e Renault Sandero.

Fontes apostam que, com a chegada ao mercado do 1.0 QQ, da Chery, os carros populares - Celta, Ford Ka e Fiat Uno, atualmente vendidos a uma faixa de R\$ 23,9 mil - terão que ser os próximos a fazer um alinhamento. Afinal, o carrinho chinês totalmente equipado sai por R\$ 22,9 mil.

Concorrência

"O que a gente está prevendo é que vai ter uma disputa muito grande a médio prazo. A grande dúvida é se os veículos 1.0, chamados de carros de entrada no mercado, vão conseguir acompanhar. Os automóveis que concorrem com o J3 têm maior valor agregado. Mas colocar direção hidráulica, freio ABS, painel digital e rádio MP3 em um carro mais popular, vai elevar seu preço a mais de R\$ 30 mil", comenta.

Na China - onde estão as montadoras da JAC, Lifan, Chery e outras - está sediada a produção dos extras que recheiam o veículo. Assim, incrementá-lo é barato. No Brasil, os acessórios são importados. Apenas a Chery anunciou intenção de ter montadora no país. A instalação está prevista para 2013 em Jacareí (SP).

Pollyanna trocou um carro nacional por um chinês completo: preço foi o que pesou na decisão

A professora Pollyanna Lereth, 28 anos, acaba de trocar um Celta 1.0 da GM pelo J3 da JAC Motors, com motor 1.4 e todo equipado com adicionais de fábrica. O veículo saiu por R\$ 37,9 mil. "Se eu fosse comprar um do mesmo tipo de outra montadora e acrescentasse os adicionais, chegaria a quase R\$ 50 mil", estima.

O advogado Raimundo Nonato Portela, 43 anos, optou pelo QQ, da Chery. "Para mim, o principal é a relação custo-benefício. Vou ter um carro econômico, mas

com ar, direção hidráulica, vidro e trava. Não me preocupo com a dificuldade de obter peças."

Exigências

A importação de veículos ao Brasil está mais complicada desde o último 12 de maio. O Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) passou a exigir que importadoras peçam licença prévia para liberação de guias, processo que antes era

automático. De acordo com o MDIC, o aumento de 71% nas importações em abril em relação a março, que causou um desequilíbrio de US\$ 1,5 milhão na balança comercial brasileira, foi o que motivou a ação. Entretanto, especula-se que a medida possa ser uma retaliação à Argentina, que vem colocando barreiras às importações de máquinas agrícolas do Brasil.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO ARGENTINA PEDE RECUE DO BRASIL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Integrantes dos dois países conversam sobre o fim das restrições às importações de carros

» **Sílvio Ribas**

O desfecho da crise comercial entre os dois maiores parceiros do **Mercosul** não deverá sair antes de junho.

Após duas horas de reunião ontem, em Buenos Aires, o embaixador do **Brasil** na Argentina, Enio Cordeiro, e a ministra da Indústria da Argentina, Débora Giordi, definiram apenas que tentarão agendar, na próxima semana, uma primeira reunião para negociar a saída do conflito aberto na última quarta-feira, com a suspensão brasileira de **importações** de automóveis.

Assustada com as perdas acumuladas pela indústria automotiva argentina, que registra mais de 3 mil veículos barrados nas fronteiras com o Brasil, a ministra, sob orientação da presidente Cristina Kirchner, voltou a pedir ao embaixador o fim do embargo às **importações**, que, até a semana passada, eram liberadas automaticamente. "A principal reivindicação é de que o lado brasileiro libere parte dos automóveis, mas consideramos que medidas de boa vontade devem ser recíprocas", disse Cordeiro em resposta a Débora, deixando claro que o **Brasil** não vai ceder.

Pelo que foi acertado, o secretário de Indústria da Argentina, Eduardo Bianchi, e o secretário executivo do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)**, Alessandro Teixeira, foram designados para iniciar a conversa. Falta só escolher a data e o local do encontro de dois dias (Buenos Aires ou Foz do Iguaçu).

A expectativa é de que os secretários preparem a reunião posterior entre os ministros Débora e Fernando **PIM**entel, do Brasil, coordenando os temas que serão tratados por eles. O prazo limite para um acordo é a primeira metade de julho, quando completa 60 dias da vigência da suspensão de licenças automáticas para **importação**, deflagrada como represália às barreiras argentinas a alimentos, máquinas e calçados, entre outras **mercadorias** brasileiras.

Obstáculos

Apesar do aparente clima de reaproximação, a Câmara Argentina de **Importadores** advertiu ontem que o país atravessa o momento de "maior tensão comercial" com o Brasil, devido a mútuos obstáculos estabelecidos para **mercadorias** dos dois lados da fronteira. A Argentina é o terceiro sócio comercial do Brasil, atrás de China e Estados Unidos, com trocas comerciais de US\$ 33 bilhões em 2010. As **exportações** argentinas de veículos e autopeças ao **mercado** brasileiro movimentaram US\$ 7 bilhões no ano passado.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, classificou a postura adotada pelo **Brasil** até agora como "correta e prudencial". Ele fez coro às justificativas do ministro Pimentel, de que não se tratava de uma resposta não apenas à Argentina, mas a todo o **comércio** mundial. "Foi uma forma encontrada para proteger a indústria brasileira, buscando igualdade de condições com o resto do mundo", disse.

Apelo à Europa

O ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, disse que o governo espera reverter a

decisão da União Europeia de tirar o **Brasil** da lista das nações favorecidas pela redução tarifária em determinados produtos, por serem consideradas pobres. Na semana passada, a UE propôs que os países vistos pelo Banco Mundial (Bird) como "renda alta" ou "renda média-alta" não estejam entre os

beneficiados pelo Sistema Geral de Preferências (SGP) europeu, o que excluiria o **Brasil** e outros países a partir de 2014. "Temos esperança de reverter isso. Não está resolvido", afirmou.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO BIRD SE ALIA A BRASIL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Silvio Ribas

O governo brasileiro conseguiu seu primeiro aliado na discussão pela mudança no padrão monetário do **comércio** mundial. Em relatório divulgado ontem em Washington, o Banco Mundial (Bird) calcula que o sistema monetário internacional deixará de ser dominado por uma só moeda de referência, o **dólar**, até 2025. "Ao longo da próxima década, o tamanho da China e a rápida internacionalização de suas empresas e bancos deverão dar papel relevante à moeda chinesa (iuan)", anotou o economista Mansoor Dailami, um dos autores do documento.

Assim, o Bird se juntou ao esforço empreendido anteontem pelo ministro do **Desenvolvimento**, Fernando Pimentel, em reunião com seu colega chinês, Chen Deming. "O mais provável é que, em 2025, o panorama monetário se defina pela presença de moedas variadas,

com predomínio do **dólar**, do euro e do iuan", acrescentou Dailami. Segundo o estudo "Multipolaridade: a nova economia mundial", do Bird, com o poder redistribuído numa reforma da arquitetura econômica global, os emergentes vão favorecer o **desenvolvimento** de países de baixa renda via transações comerciais e financeiras.

Analistas consideram um avanço o tema começar a fazer parte da pauta de fóruns multilaterais, sobretudo na Organização Mundial do **Comércio** (OMC). Mas eles também se mostram pouco otimistas com a velocidade dos encaminhamentos práticos, considerando a ainda frágil recuperação das economias, que estimula o protecionismo. Segundo o Bird, a maioria dos países em **desenvolvimento** continuará adotando moedas estrangeiras nas trocas com o resto do mundo.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO ARGENTINA ESPERA FIM DE RESTRIÇÕES		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Autoridades do Brasil e do país vizinho concordaram em fazer reunião na próxima semana. Integrantes do governo argentino esperam que o Brasil suspenda as restrições impostas às importações de carros para facilitar as negociações em torno dos conflitos comerciais entre os dois países. Os governos brasileiro e argentino concordaram em fazer uma reunião na próxima semana, que poderá acontecer em Buenos Aires ou em Foz do Iguaçu. O encontro foi negociado ontem, entre a ministra de Indústria argentina, Débora Giorgi, e o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Enio Cordeiro.

Pela medida do governo brasileiro, anunciada na última quinta-feira (12), o processo de entrada de produtos argentinos no Brasil pode demorar até 60 dias para ser aprovado. Por outro lado, há mais de um ano os empresários reclamam que a Argentina cria dificuldades para o ingresso de mercadorias brasileiras a suas alfândegas. Em meio à controvérsia, caminhões brasileiros aguardam a decisão política para conseguir passar pela fronteira com o país vizinho.

Ontem, o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando Pimentel, negou mais uma vez que as relações entre Brasil e Argentina tenham entrado em crise, em razão das medidas adotadas nas importações de carros. Segundo ele, o diálogo com o governo argentino é frequente e constante e "os problemas existem" quando há um elevado volume comercial envolvido. "Nunca interrompemos o diálogo com a Argentina, ao contrário, temos excelentes relações e queremos resolver os problemas", afirmou Pimentel, após almoço oferecido pela presidente Dilma Rousseff ao primeiro-ministro da Suécia, Fredrik Reinfeldt, no Itamaraty.

A Argentina é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil, depois da China e dos Estados Unidos. O volume do comércio bilateral é de US\$ 33 bilhões, segundo dados de 2010.

Com Agência Brasil

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO FIEAM trata da nova versão da NR 12 em Seminário		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

CNI e MTE debatem a legislação em vigor com industriários do PIM

O Seminário a Nova NR 12 reuniu representantes do Polo Industrial de **Manaus (PIM)**, nesta terça-feira (17), no auditório Arivaldo de Silveira Fontes, localizado na sede do SENAI, no bairro **Distrito Industrial**. A programação foi coordenada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (FIEAM)** e o **Ministério** de Trabalho e Emprego (MTE).

A necessidade da discussão sobre a Norma Regulamentadora 12, relativa às máquinas e equipamentos dentro de um contexto de projeto e ferramentas no processo produtivo, foi prioridade apontada pelos executivos do **PIM**, após as ações de

fiscalização do MTE no **PIM** em março. Auditores estaduais realizam atuações nas empresas de pequeno, médio e grande porte de **Manaus** por falta da empregabilidade da NR quanto à correta utilização, proteção e adequação de máquinas e capacitação e segurança dos trabalhadores.

Para o **Superintendente Regional** do Trabalho e Emprego do Estado do **Amazonas**, Alcino dos Santos, a nova NR 12 garante a saúde do operário, relatando características das novas tecnologias inseridas no dia a dia do trabalho utilizadas pelo profissional. “Não temos a intenção de interditar fábrica, muito menos de atuar as indústrias do **PIM**, entretanto queremos garantir a segurança e os direitos dos trabalhadores”, diz Alcino.



VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS	EDITORIA	
TÍTULO Sexta edição da FIAM prevê aproximadamente 400 expositores		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Preparativos para a sexta edição da Feira Internacional da Amazônia (FIAM 2011) estão a todo vapor. Dos 140 estandes que serão disponibilizados, uma média de 75% já estão vendidos e os outros 25% em fase de negociação.

A expectativa para este ano é que aproximadamente 400 expositores participem do evento. A Feira acontecerá de 26 a 29 de outubro, no Studio 5 Centro de Convenções, em Manaus e terá como tema "Amazônia e você – o encontro é aqui".

Empresas e instituições que tiverem interesse em participar da Feira ainda têm tempo de procurar a Coordenação-Geral de Promoção Comercial da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), para fazer reservas de estandes. Podem participar como expositores indústrias do Polo Industrial de Manaus (PIM) e de outras cidades dos Estados da Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia e as Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá), empresas de consultoria e logística e instituições de ensino que atual nos nove Estados da Amazônia Brasileira, além de empresas de produtos regionais e do setor de turismo, em estandes institucionais dos seus Estados, segundo critérios próprios, previamente definidos.

Além da exposição de produtos, a FIAM apresenta uma programação ampla e variada, composta de rodadas de negócios e de turismo, salão de empreendedorismo inovador, jornada de seminários com temas estratégicos para o desenvolvimento regional e que visam difundir conhecimentos gerais sobre a Amazônia, bem como gerar subsídios para a orientação de políticas públicas; e o Pavilhão Amazônia – espaço destinado à exposição e comercialização de produtos da região.

Uma das principais atrações e novidades desta edição é área internacional com espaço dedicado ao Ano da Itália no Brasil. "O objetivo é promover uma mostra de produtos e serviços oriundos daquele país com a finalidade de estreitar a parceria entre empresários italianos e brasileiros", esclarece o coordenador-geral de Promoção Comercial da autarquia, Jorge Vasques.

Reconhecida como a maior vitrine de produtos amazônicos, a FIAM é promovida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por meio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e consta no calendário oficial de feiras e eventos do Governo Federal.

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Setor de metalurgia nas empresas do <u>PIM</u> tem cerca de 17% de demissões		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Esse é o saldo no setor de metalurgia nas empresas do Polo Industrial de Manaus no quadrimestre

O volume de demissões entre os metalúrgicos do Polo Industrial de Manaus (PIM) cresceu 16,62% no primeiro quadrimestre deste ano em relação ao mesmo período no ano passado. Foram demitidos 4.342 profissionais (2.906 homens e 1.436 mulheres) contra 3.723 de igual intervalo em 2010.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Valdemir Santana, diz que as demissões se dão porque constantemente as fábricas fazem ajustes em seu quadro de funcionários.

“Eles demitem ainda para recontratarem profissionais por salários menores, isso é comum”. As demissões contabilizadas pelo Sindicato são referentes a metalúrgicos que permaneceram empregados no prazo mínimo de um ano.”

O presidente Indústrias de Aparelhos Eletroeletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees), Wilson Périco, aponta que é necessário analisar o todo para se ter precisão real da situação.

“Se analisarmos a oferta de vagas, em relação às demissões teremos um saldo positivo. Visto que no início do ano passado foram oferecidas menos vagas que no início deste ano. Diante disso, é natural que tenhamos um maior número de demissões”.

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), atualizado até março, dão conta de que nos primeiros três meses deste ano o saldo entre admissões e demissões foi de 6.850. Foram admitidos 18.568 contra 11.718 demissões. Já que no primeiro trimestre de 2010 o Caged apresentou um total de 13.465 admissões para o setor da indústria de

transformação frente a 9.021 demissões, com saldo igual a 4.444.

Périco destacou que os segmentos com maior representação no PIM são, evidentemente, os que mais contratam e demitem, são eles o pólo de duas rodas e de eletroeletrônicos.

“Por outro lado, é necessário que se sustente as fábricas nacionais de componentes presentes no PIM, pois a cada dia perdem mais espaço no mercado e acabam demitindo”, diz Périco.

Segundo ele, isso tem acontecido, segundo o presidente do Sinaees, porque muitas fábricas têm optado em adquirir componentes vindos do exterior por serem mais barato, por decorrência da baixa do dólar, entre outros fatores, e isso tem prejudicado as fábricas nacionais.

Sony diz que realmente dispensou

Pelo menos 30 funcionários da Sony Electronics foram demitidos nas últimas semanas. Os industriários atuavam nas linhas de produção e qualidade e afirmam terem sido avisados de que seriam demitidos, em decorrência da Tsunami no Japão, em março, onde a multinacional está sediada.

A assessoria de imprensa da fábrica afirmou que houve alguns desligamentos na fábrica de Manaus, porém em decorrência do término de contratos temporários e ajustes corriqueiros de acordo com a sazonalidade do mercado de eletrônicos. Ainda segundo a nota, as demissões não são impactos decorrentes dos acidentes naturais no Japão.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Valdemir Santana, disse não ver anormalidade nas demissões, já que a Sony não integrar a lista das que mais demitem.

Salário varia de R\$ 800 a R\$ 2,6 mil

O Estado tem atualmente pelo menos 80 mil metalúrgicos. De acordo com a Força Sindical no **Amazonas**, está incluso neste termo trabalhadores que atuam nas fábricas de duas rodas, eletrônicos e eletroeletrônicos.

O salário médio desses profissionais varia de R\$ 800,00 a pouco mais de R\$ 2.600,00.

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Caberá ao plenário analisar recurso da <u>Zona Franca de Manaus</u> sobre cobrança de guias de <u>importação</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu encaminhar para análise do Plenário da Corte o Recurso Extraordinário (RE) 556854, interposto pela **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)**, em que discute a natureza jurídica do valor cobrado para a anuência ao pedido de emissão de guia de **importação** e posterior desembaraço aduaneiro. A determinação ocorreu durante a sessão da Primeira Turma na tarde desta terça-feira (17), devido à relevância da matéria contida nos autos.

Os ministros do STF deverão julgar a constitucionalidade da cobrança tendo em vista a recepção ou não, pela Constituição Federal, do Decreto-lei nº 288/67, que regula a **Zona Franca de Manaus**. Isso porque o Decreto foi produzido no ano de 1967, momento anterior à promulgação da Constituição Federal em 1988.

O caso

A **Suframa** questiona acórdão do Tribunal **Regional** Federal da 1ª Região (TRF-1) favorável à empresa Gradiente Eletrônica S/A. Para aquele tribunal, a cobrança pela **Suframa** – referente à repetição de valores pagos indevidamente sob a denominação de preço público para a anuência ao pedido de emissão de guias de **importação** – teria natureza jurídica de taxa.

A **Superintendência da Zona Franca de Manaus** alega que o ato questionado, ao tratar a cobrança pela **Suframa** como espécie de tributo [taxa] e não como real preço público [tarifa] violou normas constitucionais (artigos 145, inciso II, parágrafo 2º, e 150, inciso I).

De acordo com a **Suframa**, tais cobranças são compatíveis com a Constituição, pois se tratam de preço público e, assim, não se sujeitariam às regras constitucionais que regem os tributos nem ao Código

Tributário Nacional, “posto não possuir natureza tributária”.

A recorrente ressalta que se faculta às empresas “que quiserem gozar dos benefícios oferecidos pelo Decreto-lei 288/67 e legislação pertinente a utilização de sua área de atuação para internamento de suas **mercadorias** de modo a configurar-se o direito à isenção tributária própria da **Zona Franca de Manaus** extensiva a suas áreas de livre **comércio**”. Sustenta que o interesse no internamento das **mercadorias** seria da empresa, “que vislumbra a obtenção dos favores no Decreto-lei 288, pelo que a **Suframa** cobra um preço público por esse serviço de internamento, facultativo e não obrigatório”.

Ao final, a autora do RE afirma que a sua relação com a empresa recorrida – Gradiente – seria de natureza contratual, “uma vez que ao habilitar-se junto à **Suframa** para receber os incentivos fiscais, a empresa apresenta um projeto que, se aprovado, passa a receber esses benefícios”. Dessa forma, a **Superintendência da Zona Franca de Manaus** pede o provimento do recurso para modificação do acórdão contestado.

A relatora do RE é a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Medida Provisória do <u>Governo Federal</u> pode desestimular <u>produção</u> de tablets no <u>PIM</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Medida Provisória que zera a alíquota de PIS e Cofins para a produção de tablets anunciada pelo Governo Federal deve desestimular a produção desse produto no PIM

acritica.com

A Medida Provisória que zera a alíquota de PIS e Cofins para a produção de tablets anunciada pelo Governo Federal para o final desta semana deve desestimular a produção desse produto no Polo Industrial de Manaus (PIM), segundo avaliação do secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Marcelo Lima Filho. “Não é um cenário favorável em termos de competitividade”, reconheceu.

A nova MP reduzirá de 9,25% para zero a incidência de PIS e Cofins na fabricação de tablets, segundo o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Nelson Fujimoto.

Como esse era o diferencial tributário em favor das indústrias instaladas no Estado, pode acontecer, segundo o secretário, um freio à expansão do setor. “Há que se considerar a possibilidade de deslocamento de

novos empreendimentos para outros mercados produtores”, disse Lima Filho.

São Paulo e Paraná, segundo destacou o secretário, têm políticas agressivas de atração de investimentos na área de informática e contam com a vantagem de estar próximos do grande eixo de consumo do país, sem maiores problemas de logísticas.

Atualmente, existem 27 empresas de informática instaladas no Estado, pouco mais de 5% do parque nacional de empresas do setor, de acordo com estudos da empresa de consultoria Controle.

Na reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam) realizada no último dia 4, foram aprovados os projetos da Digibras e da Greenworld, um total de investimentos que soma R\$ 37 milhões e com a geração de 71 vagas no mercado de trabalho para a fabricação de tablets.

	VEÍCULO PORTAL D24AM	EDITORIA	
	TÍTULO MP do Governo pode desestimular <u>produção</u> de tablets no <u>PIM</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A nova MP reduzirá de 9,25% para zero a incidência de PIS e Cofins na fabricação de tablets, segundo o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Nelson Fujimoto.

A Medida Provisória que zera a alíquota de PIS e Cofins para a produção de tablets anunciada pelo Governo Federal para o final desta semana deve desestimular a produção desse produto no Polo Industrial de Manaus (PIM), segundo avaliação do secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Marcelo Lima Filho. “Não é um cenário favorável em termos de competitividade”, reconheceu.

A nova MP reduzirá de 9,25% para zero a incidência de PIS e Cofins na fabricação de tablets, segundo o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Nelson Fujimoto. Como esse era o diferencial tributário em favor das indústrias instaladas no Estado, pode acontecer, segundo o secretário, um

freio à expansão do setor. “Há que se considerar a possibilidade de deslocamento de novos empreendimentos para outros mercados produtores”, disse Lima Filho.

São Paulo e Paraná, segundo destacou o secretário, têm políticas agressivas de atração de investimentos na área de informática e contam com a vantagem de estar próximos do grande eixo de consumo do país, sem maiores problemas de logísticas. Atualmente, existem 27 empresas de informática instaladas no Estado, pouco mais de 5% do parque nacional de empresas do setor, de acordo com estudos da empresa de consultoria Controle.

Na reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam) realizada no último dia 4, foram aprovados os projetos da Digibras e da Greenworld, um total de investimentos que soma R\$ 37 milhões e com a geração de 71 vagas no mercado de trabalho para a fabricação de tablets.